

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp fica mais atrativa 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PF vê indício de corrupção em estatal sob Bolsonaro 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Por que, como e quando vamos avançar na retomada verde no Brasil? 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Promessas de Bolsonaro terão impacto de quase R\$ 160 bilhões no Tesouro 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo prepara PEC para turbinar Auxílio Brasil após o 2º turno 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PT avalia fechar proposta para teto em aceno ao mercado financeiro 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em dia de volatilidade, Bolsa fica estável e dólar cai 0,11% 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Empresários pedem a Lula definição de ministro e reformas para manter apoio 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vitória no STJ pode reduzir carga tributária de multinacionais 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto para custear piso da enfermagem 18

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Telemarketing do crime: 14 são presos em call center que dava golpes no RJ 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Auxílio Brasil com 13º é aceno ao eleitorado feminino 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"A pacificação é fundamental para reconstruir o País" 22

FOLHA ONLINE - SP - ELEIÇÕES 2022
REFORMA TRIBUTÁRIA

É preciso dialogar com terceira via e com quem não foi votar no 1º turno, diz Boulos
..... 24

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula e Bolsonaro de olho nos ricos.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Aneel aposta em inovação na tarifa de energia.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Janela quebrada" no direito tributário - OPINIÃO JURÍDICA.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
PT estuda aumento gradual do gasto para evitar baque no Orçamento de 2023.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Energia solar cresce, mas frustra quem esperava corrida do ouro'.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Igah prepara fundo de US\$ 150 mi para investir em startups no País.....	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Em 2023, governo enfrentará cenário global hostil.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inclusão social tem de ser foco de presidente eleito, vê Banco Mundial.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Orçamento pode ter rombo de R\$ 110 bi.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Banco Mundial eleva projeções para AL neste ano, mas prevê 2023 pior.....	39

Funpresp fica mais atrativa

Rosana Hessel

Os **servidores públicos** federais têm até 30 de novembro para fazerem as contas e migrarem, ou não, do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC). Ontem, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1.119/2022, que fixa novo prazo de migração para os funcionários públicos dos Três Poderes. Foram mantidas mudanças feitas pela Câmara que ampliaram as vantagens para quem optar pela migração. O texto do relator, senador Jorge Kajuru (Podemos-GO), foi aprovado em votação simbólica. A MP perderia a validade a partir de ontem se não fosse apreciada pelos senadores.

O relator fez uma alteração na matéria, a fim de garantir que, aqueles que migraram antes da aprovação da MP, também tenham direito às mudanças do texto original feitas pela Câmara. Segundo Kajuru, a aprovação do texto "foi uma vitória dos servidores".

A MP 1.119/22 permite a migração de regime e a adesão às Fundações de **Previdência Complementar** Funpresp-Exe, que reúne os servidores do Executivo e do Legislativo, e Funpresp-Jud, dos servidores do Judiciário. Uma das principais mudanças no texto aprovado pelos deputados foi equiparar as vantagens do benefício especial para quem migrar agora com as da última janela, de 2018, anterior à última reforma da Previdência.

O texto original levava em conta 100% de todas as contribuições feitas pelo servidor público desde julho de 1994. Os deputados alteraram a proposta e a fórmula de cálculo da aposentadoria passou a considerar 80% das maiores contribuições realizadas, descartando as menores, o que favoreceu os **servidores públicos** de forma geral.

Outra mudança feita pela Câmara retoma a regra de cálculo do benefício especial das migrações anteriores, que considerava como tempo total 25, 30 ou 35 anos de contribuição, a depender do gênero e da categoria profissional, em vez de 40 anos para todos, como estava no texto original da MP.

Mais beneficiados

As mulheres estão entre os servidores mais beneficiados pelas mudanças. Elas poderão voltar a considerar o tempo de contribuição de 30 anos, em

vez de 40, segundo o diretor-presidente da Funpresp, Cristiano Heckert. "Além de mulheres, professores e categorias com deficiência terão condições diferenciadas que existiam antes da reforma da Previdência para quem migrar até 30 de novembro", disse.

Heckert espera que, até 30 de novembro, cerca de 15 mil servidores façam a mudança de regime, "um recorde absoluto, acima do verificado nas janelas anteriores" de transferência. Desde maio, quando a MP foi publicada, até ontem, ocorreram 1.392 migrações no Executivo. "Agora, a migração ficou mais vantajosa, tanto para quem já migrou desde maio quanto para quem migrar até 30 de novembro", ressaltou.

Contudo, o dirigente reforçou que, pelas estimativas da Funpresp, a troca de regime previdenciário poderá ser mais vantajosa para cerca de 100 mil funcionários do Executivo. "Os servidores deveriam parar um pouco e fazer as contas e ver como é mais vantajoso aderir aos fundos. Nosso desafio agora é continuar levando essa informação ao servidor", destacou.

Conforme dados da Funpresp, em agosto, havia 94,2 mil participantes ativos no fundo administrado pela entidade, que faz a gestão de um patrimônio de R\$ 6 bilhões. Para obter informações sobre a migração, é importante também acessar o site da Funpresp (Janela de oportunidade 2022 - Portal Funpresp). O trabalhador do Executivo pode fazer a migração por meio do aplicativo do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe) ou procurar o departamento de recursos humanos do órgão em que trabalha.

Amarildo Vieira de Oliveira, diretor-presidente da Funpresp-Jud, elogiou as mudanças feitas pelo Congresso, porque deixaram a migração mais vantajosa. "Elas vão dar mais uma chance de os servidores migrarem com a regra anterior à reforma da Previdência. As condições do texto original não eram vantajosas para os servidores e, por isso, registramos apenas 134 migrações em quatro meses da publicação da MP", observou.

"Acreditamos que o volume de solicitações aumente agora após a conversão da MP e da proximidade do prazo final de migração. Estamos preparados para receber as solicitações dos membros e servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União (MPU) até 30 de novembro", acrescentou.

Atualmente a Funpresp-Jud possui 7,5 mil contribuintes de um universo potencial de 120 mil servidores ativos do Judiciário. "Nossa expectativa é dobrar esse contingente e atrair mais 7,5 mil pessoas até o fim de novembro", destacou Oliveira. Segundo ele, os interessados em fazer a migração precisam acessar o site da Funpresp-Jud (www.funprespjud.com.br/migracao) para esclarecer as dúvidas.

PF vê indício de corrupção em estatal sob Bolsonaro

Flávio Ferreira são paulo

A Polícia Federal afirmou ter encontrado indícios de corrupção dentro da Codevasf, a estatal federal entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao controle do centrão em troca de apoio político.

Um gerente da companhia pública no Maranhão foi acusado de ter recebido cerca de R\$ 250 mil de empresas investigadas por fraudes a licitações.

Se confirmadas as suspeitas, o investigado poderá responder por corrupção passiva e associação criminosa. Somadas, as penas podem chegar a 15 anos de prisão, segundo a PF.

O servidor da estatal foi alvo da segunda fase da operação Odoacro, deflagrada na quinta-feira (29) e divulgada na tarde desta terça-feira (4) pela PF, que não informou o nome do investigado. Foi pedido à Justiça o imediato afastamento do agente público da sua função.

A Codevasf afirmou que colabora com a Justiça e que um servidor foi afastado. A Folha apurou que a medida foi aplicada ao funcionário acusado na nova etapa dessa ação policial.

De acordo com a PF, a segunda fase da operação teve a "finalidade de desarticular o núcleo da organização criminosa composto por **servidores públicos** que auxiliavam nas fraudes licitatórias e no desvio de recursos públicos envolvendo verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)".

Na primeira fase da operação, deflagrada em 20 de julho, os policiais federais apreenderam cerca de R\$ 1,3 milhão em dinheiro, além de itens luxuosos, como relógios importados.

Turbinada por bilhões de reais em emendas parlamentares, a Codevasf é uma estatal federal entregue pelo presidente Bolsonaro ao controle do centrão em troca de apoio político.

Um dos alvos da apuração é a empreiteira Construservice. A Folha mostrou em maio que a empresa é vice-líder em licitações na Codevasf e se valeu de laranjas para participar de concorrências

públicas na gestão de Bolsonaro -o presidente sempre negou corrupção em seu governo, mas recentemente adaptou o discurso.

Desde 2019, o governo reservou à Construservice ao menos R\$ 140 milhões, tendo desembolsado R\$ 10 milhões disso até agora.

Na documentação da investigação, a PF destacou revelação da Folha de que o empresário Eduardo José Barros Costa, sócio oculto da Construservice, representou a empresa em reunião oficial com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, na sede da companhia, em 16 de dezembro de 2020.

A Codevasf não confirma os participantes do encontro, mas integrantes da estatal dizem que o empresário preso pela PF representou a empreiteira naquela data.

Costa, também conhecido como Eduardo Imperador ou Eduardo DP foi preso na primeira fase da operação e depois foi solto.

A polícia avalia que Costa tinha fácil acesso à cúpula da estatal. Também suspeita que as licitações da companhia podem ser apenas meios de formalizar o direcionamento da verba à empreiteira.

Isso porque, na leitura dos investigadores, empresas de fachada e ligadas a Costa disputaram algumas das obras que foram entregues para a Construservice.

Os agentes da PF levantaram indícios de que o grupo de Costa atuava com seis empresas de fachada e seis laranjas. Suspeitam também que pelo menos um servidor da Codevasf participa do suposto esquema criminoso.

A polícia detectou ligações entre as supostas empresas de fachada, como nomes que apareceram em mais de um quadro societário.

A defesa do empresário afirmou à época que a prisão dele tinha sido ilegal e desnecessária.

Segundo os advogados, "tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos". Eles disseram ainda que Costa "nunca sequer foi notificado para falar,

apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações defensivas".

Procurada pela reportagem, a Codevasf afirmou na noite desta terça-feira que "houve afastamento de um profissional da companhia de suas funções, preventivamente".

"A Codevasf colabora com o trabalho da Justiça; o processo judicial encontra-se sob sigilo de Justiça. A companhia possui sólida estrutura de governança implantada. Indícios de conduta ilegal ou antiética por parte de seus funcionários são apurados, em quaisquer casos", disse a estatal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

55

Por que, como e quando vamos avançar na retomada verde no Brasil?

PORQUÊ

OPINIÃO

Luiza Martins Karpavicius Economista formada pela FEA-USP Trabalha na área de economia do meio ambiente e dos recursos naturais. É mestre pela Universidade de Copenhague e doutoranda na Universidade de Aarhus, na Dinamarca

Em várias colunas deste ano, falamos da necessidade de o Brasil impulsionar a agenda da retomada verde no país, isto é, recorrer a políticas públicas e privadas com o objetivo de alinhar o crescimento econômico à justiça social e à manutenção dos recursos e serviços ecossistêmicos.

Há uma grande oportunidade para o país iniciar esse diálogo. Por isso, no artigo de hoje vamos responder a três perguntas importantes: por que, como e quando vamos avançar na agenda da retomada verde no Brasil?

Por quê?

O Brasil tem um grande patrimônio natural: é dono da maior floresta tropical e da maior reserva de água doce do mundo, além de ter a maior reserva de biodiversidade, com mais de 116 mil espécies animais e 46 mil espécies vegetais documentadas. Por isso, ao avançar na agenda verde, o país poderia assumir um papel protagonista no avanço de economia circular, sustentável e socialmente alinhada.

No entanto, hoje o Brasil ocupa a oitava posição entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo. A maior parte dessas emissões vem do desmatamento e de mudanças do uso da terra. Assim, o país tem aparecido mundialmente como um grande "vilão do clima" e, com isso, vem uma pressão forte para que implemente iniciativas que contribuam para a mitigação climática.

Para que isso ocorra, é necessário que o governo crie os instrumentos que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono. Um grande pilar para isso é justamente a concretização da retomada verde.

Por ser um país tropical, o Brasil pode ser um dos territórios mais afetados pelas mudanças climáticas.

Por isso, discutir adaptação climática será crucial para o funcionamento da sociedade e da economia brasileiras no futuro. A ideia de retomada verde já traria esses debates de forma mais concreta para a política brasileira.

Como?

Criar os mecanismos que facilitem a retomada verde não vai ser uma tarefa fácil. Porém o sucesso de iniciativas implementadas em outros países nos dá algumas pistas de como isso poderia ser feito. Durante os últimos meses, Arq. Futuro, BEI Editora, IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade), a plataforma Por Quê? - Economês em bom português (que assina esta coluna) e o Insper, com apoio do Itaú Unibanco, promoveram uma série de seminários chamada Retomada Econômica Verde, nos quais foram discutidos diferentes elementos da agenda verde colocada em prática na França, no Chile, na China e nos Estados Unidos.

O primeiro ponto discutido nos seminários, com uma várias experiências, foi a participação de representantes da sociedade como atores catalisadores das mudanças.

Na França, houve o estabelecimento da Convenção do Clima, assembleia com diferentes cidadãos para facilitar o diálogo sobre o tema. No Chile, uma organização similar foram os Diálogos Ciuda-danos, uma série de conversas e consultas com a sociedade civil em diferentes províncias do país sobre a agenda climática.

Entre os benefícios de envolver a população como um agente diretamente incluído na agenda da retomada verde, podemos listar o aumento da conscientização social sobre os riscos e estratégias relacionados, o aumento da responsabilidade corporativa pela maior cobrança dos consumidores e a maior difusão de informações sobre mudanças de políticas, leis e regulamentos na sociedade.

Tudo isso contribui para uma transição para uma economia de baixo carbono que seja justa e democrática, além de facilitar a difusão e a absorção das soluções alternativas de mercado para problemas ambientais.

A experiência internacional sugere que mais adiante será necessário repensar a cadeia de produção com cuidado, integrando diversos setores. Na China, vemos o desenvolvimento de planos específicos para essa transição, principalmente no que diz respeito a hidrogênio, aço, cimento e transporte.

Na França, o caráter setorial da retomada verde ficou bem evidente, com uma ação integradora e intersetorial nas políticas públicas implementadas.

No Chile podemos observar também a participação multissetorial na elaboração das políticas, pensadas para buscar oportunidades na intersecção entre os diversos setores da economia.

Finalmente, é nítido o papel que precisará ser desempenhado por investimentos em ciência e tecnologia e a criação dos instrumentos econômicos necessários para que essa retomada se concretize. Nos EUA, por exemplo, foi aprovada recentemente a Lei de Redução da **Inflação**, que prevê cerca de US\$ 369 bilhões para a transição da economia para a neutralidade de carbono, o maior plano nacional de ação climática da história.

Quando?

Quando vamos conseguir ter uma retomada verde é uma pergunta sem resposta ainda.

Ao menos no setor privado, há uma demanda para integração brasileira nos mercados que estão surgindo. No entanto, ainda faltam muitas políticas públicas que facilitem essa transição.

Será muito importante conciliar medidas de comando e controle com os instrumentos de mercado para garantir o desenvolvimento sustentável. No governo Bolsonaro, isso estava longe de ser uma prioridade. Resta prestar atenção no que ocorrerá no segundo turno e em como o tema vai aparecer no próximo governo, mas há razão para otimismo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

55

[...]

Ao menos no setor privado, há uma demanda para integração brasileira nos mercados que estão surgindo. No entanto, ainda faltam muitas políticas públicas que facilitem essa transição

Promessas de Bolsonaro terão impacto de quase R\$ 160 bilhões no Tesouro

ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

Com a largada para o segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou ontem a promessa de conceder o 13.º a mulheres chefes de família que recebem o Auxílio Brasil em 2023 caso reeleito - sem dizer, porém, de onde sairiam os recursos.

Com isso, as promessas eleitorais do presidente - parte delas sem a garantia de recursos no Orçamento - já somam R\$ 158,6 bilhões.

Depois de prometer a manutenção do Auxílio em R\$ 600, correção da tabela do Imposto de Renda, reajuste salarial para os servidores e prorrogação da desoneração dos **tributos** federais sobre combustíveis, Bolsonaro aposta agora em novas "bondades" nos benefícios sociais para derrotar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno. Na segunda-feira, ele já havia anunciado a antecipação do pagamento do Auxílio em outubro.

COMPETIÇÃO PREDATÓRIA.

"O segundo turno inaugura um período de competição fiscal predatória promovida principalmente pelo Bolsonaro", avalia o coordenador do Observatório Fiscal da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Pires. O custo de conceder a 13.ª parcela a mulheres que recebem o Auxílio Brasil é de R\$ 10,1 bilhões. Segundo informações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério da Cidadania, são 16,85 milhões de famílias chefiadas por mulheres que recebem o mínimo de R\$ 600 do programa.

A promessa do presidente não tem espaço no Orçamento de 2023 enviado ao Congresso, que prevê o pagamento médio de R\$ 405. Segundo o Ministério da Economia, o custo extra para a manutenção dos R\$ 600 seria de R\$ 52 bilhões. Já na comparação com o orçamento do programa em 2022, o custo adicional para o ano que vem é R\$ 67 bilhões - pois contempla a inclusão de novos beneficiários, totalizando 21,6 milhões de famílias.

A "fatura" ainda deve aumentar.

No mês passado, Bolsonaro prometeu pagar um adicional de R\$ 200 a beneficiários que conseguirem

um emprego formal. O chamado Auxílio Inclusão Produtiva Urbana já consta na lei do Auxílio Brasil e prevê o pagamento extra, mas ainda não saiu do papel. Procurado, o Ministério da Cidadania afirmou que o programa "está em fase de regulamentação".

Ainda não se sabe quanto a medida vai custar.

"Ainda temos um longo mês pela frente para ver o poder da caneta ressuscitando propostas e comprometendo ainda mais o Orçamento do ano que vem", avalia Juliana Damasceno, economista da Tendências.

Outra medida que ficou de fora do Orçamento do ano que vem é a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, que levaria a uma perda de no mínimo de R\$ 17 bilhões de arrecadação. A promessa, aliás, vem desde a campanha de Bolsonaro 2018. Há medidas inclusas no Orçamento, como os R\$ 11,6 bilhões reservados para reajuste dos servidores do Executivo.

Esse valor, porém, só permite uma correção de 4,8%, menos do que a **inflação** prevista.

DESONERAÇÕES.

Também foram prorrogadas as desonerações sobre combustíveis - grande aposta de Bolsonaro na campanha.

A prorrogação da redução do PIS/Cofins e da Cide sobre gasolina, gás natural e etanol custará R\$ 34,3 bilhões. Já a do PIS/Cofins sobre diesel e gás de cozinha, R\$ 18,6 bilhões.

"Temos a obrigação de, num horizonte de oito anos, reduzir os gastos tributários pela metade - e estamos indo na contramão", diz Damasceno. "Por que a gente prorrogaria essa desoneração se o próprio Ministério da Economia diz que não teremos pressão pelo lado do preço no ano que vem, nem do petróleo, nem do câmbio?", questiona.

Fatura para 2023

R\$ 77,1 bi para a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 e 13º a mulheres chefes de família

R\$ 17 bi para a correção da tabela do IRPF

R\$ 11,6 bi para o reajuste dos servidores

R\$ 52,9 bi para a prorrogação da desoneração de PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo prepara PEC para turbinar Auxílio Brasil após o 2º turno

LORENNA RODRIGUES BRASÍLIA

A equipe econômica deve enviar após o segundo turno ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para viabilizar as mudanças prometidas no Auxílio Brasil. Segundo o Estadão/Broadcast apurou, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) na sede da pasta para tratar do programa de transferência de renda.

Em campanha, o presidente Jair Bolsonaro prometeu pagar em 2023 um 13.º benefício às mulheres inscritas no auxílio, o que teria impacto de cerca de R\$ 10 bilhões. Nem esses recursos nem o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 estão previstos no Orçamento de 2023.

Como não há espaço no teto de gastos, norma constitucional que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior, a ideia é retirar, mais uma vez, os gastos com o programa da regra. Neste ano, às vésperas da eleição, o governo enviou uma PEC para tirar do teto o aumento de R\$ 200 no Auxílio Brasil até o final do ano, o que foi criticado por especialistas e pela oposição, que viram uso político no reajuste do benefício.

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que também disputa o segundo turno para a Presidência da República, prometeu da mesma forma manter os R\$ 600 do programa no ano que vem e disse que criará um auxílio de R\$ 150 por criança, sem dar maiores detalhes.

O ex-presidente já afirmou que pretende revogar o teto de gastos, o que não é bem visto pelo mercado financeiro. O economista Guilherme Mello, assessor econômico da campanha do petista, afirmou que será criado um novo arcabouço fiscal, sem detalhar como será a nova regra. Porém, segundo aliados, Lula ensaia a divulgação desse programa antes do segundo turno, em aceno ao mercado financeiro (leia mais na página B3).

PACOTE DE BONDADES.

Ontem, Bolsonaro confirmou a promessa de conceder o 13.º a mulheres que recebem o Auxílio Brasil em 2023 caso seja reeleito. "Está acertado.

Só para as mulheres, 17 milhões (de beneficiárias), a partir do ano que vem", declarou, em pronunciamento no Palácio da Alvorada, após receber o apoio do governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Na segunda-feira, o presidente havia compartilhado em seu grupo oficial no Telegram uma notícia sobre o anúncio do 13.º.

O ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, negou que a criação de um 13.º tenha aspirações políticas.

O presidente também disse que o Auxílio Brasil de R\$ 600 também está garantido e que "já foi acertado com Guedes". "Recursos, já sabemos de onde virão", afirmou, sem detalhar a fonte de financiamento.

O governo ainda anunciou ontem que vai zerar a fila do Auxílio. Segundo Tatiana Thomé, vice-presidente de Governo da Caixa, que operacionaliza o pagamento do benefício, o governo aumentou em cerca de 500 mil o número de famílias atendidas pelo programa de setembro para outubro, de 20,65 milhões para 21,130 milhões.

"Está acertado (o 13.º benefício do Auxílio Brasil).

Só para as mulheres, 17 milhões (de beneficiárias), a partir do ano que vem." Jair Bolsonaro presidente da República, em campanha pela reeleição

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PT avalia fechar proposta para teto em aceno ao mercado financeiro

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, prepara a apresentação de uma nova regra fiscal em substituição ao teto de gastos públicos.

De acordo com aliados, Lula ensaia a divulgação desse programa ainda neste segundo turno em aceno ao mercado financeiro, que tem criticado a ausência de propostas concretas sobre uma nova âncora fiscal.

Economistas que trabalham na campanha já apresentaram uma proposta a Lula, mas os detalhes ainda não foram divulgados.

No primeiro turno, a campanha se recusou a dizer o que colocaria no lugar do teto de gastos, mas agora aponta o segundo turno como estratégico para a conclusão de um plano de governo, abandonando o foco exclusivo na memória do passado e em ataques ao presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL).

Como mostrou o Estadão, em linhas gerais Lula deve propor uma regra que garanta uma trava para os gastos públicos em épocas de crescimento, e liberação de recursos em períodos de recessão, com o objetivo de não estrangular os investimentos públicos. Dessa forma, argumentam integrantes da campanha petista, seria possível abandonar o teto atual (que evita qualquer crescimento de despesas acima da **inflação**) e, ainda assim, sinalizar compromisso com a saúde fiscal das contas públicas. A avaliação é de que as regras do teto aprovadas em 2016 foram rompidas pelo próprio governo Bolsonaro, que teria apenas limitado os gastos mas sem controlar a dívida pública e outros resultados fiscais.

Lula deve se reunir hoje com governadores, deputados e senadores eleitos em São Paulo para desenhar uma estratégia para a corrida eleitoral neste segundo turno. A campanha vai estabelecer tarefas regionais, incorporar propostas do MDB e do PDT no programa de governo e sinalizar que o candidato do PT quer vencer as eleições com propostas mais concretas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em dia de volatilidade, Bolsa fica estável e dólar cai 0,11%

ANTONIO PEREZ e LUIS LEAL

O mercado financeiro registrou ontem forte oscilação de preços, ainda refletindo os resultados do primeiro turno das eleições. O Ibovespa, principal referência da Bolsa de Valores, variou entre a mínima de 115,8 mil pontos e a máxima de 118,2 mil pontos.

No fechamento, terminou no patamar de 116,2 mil pontos, o que representou variação de 0,08%. Já o dólar chegou a cair 1,19% pela manhã. Virou para o terreno positivo (0,93%) no início da tarde e continuou a oscilar nas duas últimas horas do pregão. Terminou o dia cotado a R\$ 5,1680, baixa de 0,11%.

O movimento contrastou com o resultado de segunda-feira, quando a B3 apresentou alta de 5,54% e o dólar recuou 4,09%, com a avaliação do mercado de que tanto Luiz Inácio Lula da Silva como Jair Bolsonaro terão de moderar seu discurso para atrair votos do centro.

"A eleição está agora fazendo preço no mercado, e vamos ter semanas de muita volatilidade com anúncio de alianças políticas e de planos para a economia", afirmou a economista-chefe da B.Side Investimentos, Helena Veronese.

"Há uma acomodação natural depois do forte avanço de ontem (segunda-feira), especialmente das estatais", disse Ana Luiza Gnattali, sócia e responsável pela mesa de renda variável da Legend Investimentos, em referência ao aumento de preços das ações das estatais registrado no primeiro pregão pós-eleição - os papéis da Petrobras chegaram a subir mais de 8%, enquanto os do BB bateram em 7,99%.

Lá fora, a moeda americana emendou mais um dia de perdas expressivas, devolvendo parte da alta acumulada recentemente.

Termômetro do desempenho do dólar frente a pares fortes, o índice DXY - que chegou a superar 114 mil na semana passada - caiu mais de 1%, ante a recuperação do euro e da libra (esta beneficiada pela perspectiva de que o governo do Reino Unido volte atrás no pacote de corte de **impostos** e ampliação de gastos).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empresários pedem a Lula definição de ministro e reformas para manter apoio



Julio Wiziack brasil

O resulta do acirrado da disputa presidencial e a liderança de Tarcísio de Freitas (Republicanos) na corrida pelo governo de São Paulo mudaram o clima eleitoral em boa parte do empresariado nacional, que agora pressiona o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por um plano bem definido para a economia em troca da manutenção de apoio no segundo turno.

A mudança se deve a uma surpresa com os resultados das eleições, diante da demonstração de força de Jair Bolsonaro (PL) como cabo eleitoral, elegendo grande parte de seus candidatos ao Congresso e a governos estaduais.

Freitas, ex-ministro da Infraestrutura de Bolsonaro, conquistou 42% dos votos válidos em São Paulo, ante 35% de Fernando Haddad (PT), que liderava com ampla margem nas pesquisas de opinião.

Um banqueiro disse, sob condição de anonimato, que, diante desse novo cenário, Lula passou a ficar a um telefonema de distância da vitória se ligasse para Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central que deu apoio ao petista recentemente.

Meirelles é um nome bem-visto entre o setor privado. Como ministro da Fazenda de Michel **Temer** (MDB), sua gestão foi responsável pela aprovação do teto de gastos e da reforma trabalhista.

Para essa pessoa, o empresariado -tanto do setor produtivo, quanto do mercado financeiro- quer estar do lado vitorioso e exige condições para demonstrar apoio público a partir de agora.

Uma das reivindicações já chegou diretamente a Lula,

segundo assessores e amigos do ex-presidente. Para eles, a simples indicação do ministro da Fazenda já atenderia a parte das expectativas.

Caso contrário, querem um compromisso claro de Lula em relação ao controle de gastos e obediência a uma forte âncora fiscal -atualmente, está em vigor o teto de gastos (medida que corrige os gastos de um ano pela **inflação** do ano anterior).

Além disso, pregam a defesa das reformas, especialmente a administrativa e a tributária. Também não querem a revisão das novas regras trabalhistas, embora aceitem algumas propostas aventadas por Lula durante a campanha.

Um empresário da indústria, que não quis se identificar, afirmou que estava apoiando Lula, mas que, como crescimento de Bolsonaro, poderia ficar como atual presidente.

Ele considera que Bolsonaro tende a manter o ministro Paulo Guedes à frente da Economia -com um plano que, apesar de não ser liberal como prometido, deu conta de melhorar alguns parâmetros econômicos, particularmente emprego e ambiente de negócios. Segundo esse industrial, o cenário torna difícil demonstrar apoio a algum candidato publicamente.

No varejo, outro grande nome afirmou que, apesar de Lula ser matematicamente favorito no segundo turno, o desempenho de Bolsonaro causou uma "pressão psicológica" juntamente à divergência entre os resultados da eleição e as pesquisas eleitorais.

Em sua avaliação, há chances de que Bolsonaro possa virar o jogo, especialmente entre os mais pobres no Nordeste e em Minas Gerais. O uso de palanques nos estados também será relevante.

Lula teria de virar votos no Sudeste -enfrentando Bolsonaro com palanque de Tarcísio de Freitas em São Paulo.

Integrantes da campanha do presidente afirmam que o governador reeleito de Minas, Romeu Zema (Novo), prometeu ao presidente uma virada no estado. Historicamente, o resultado da eleição em Minas indica o placar final da votação para presidente.

No entanto, esses assessores acham difícil que essa reversão ocorra, especialmente no norte do estado, que prefere Lula. Essa situação se repete no Norte e no Nordeste, onde os votos de Lula estariam consolidados.

Para vencer, Bolsonaro teria de virar mais de 60% dos votos atribuídos a Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) -algo considerado improvável, mas não impossível.

Um importante empresário de Minas disse que houve um susto geral com o resultado das eleições, mas que continua valendo a máxima dos políticos mais experientes do estado segundo a qual "eleição e mineração, só depois da apuração".

Um banqueiro importante em São Paulo explica que essa imprevisibilidade trouxe cautela no segundo turno.

O empresariado também se preocupa com um possível aumento de abstenções no segundo turno, especialmente no Norte e Nordeste -base de apoio de Lula.

Para esse grupo, os eleitores dessas regiões foram às urnas motivados por candidatos regionais -deputados e senadores- que já foram eleitos. A pressão desses candidatos para que compareçam às urnas novamente inexistiria na segunda rodada.

Esses empresários também ficam inseguros diante da divisão de partidos no apoio a Lula -como o MDB, de Simone, e o PDT, de Ciro.

No caso dos pedetistas, embora o partido tenha apoiado integralmente Lula, Ciro nem pronunciou o nome do ex-presidente ao divulgar um vídeo de apoio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

55

Vitória no STJ pode reduzir carga tributária de multinacionais

Beatriz Olivon e Joice Bacelo De Brasília e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348

Senado aprova projeto para custear piso da enfermagem



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na sessão sobre o piso da enfermagem Ton Molina/Fotoarena/Agência O Globo

Tháisa Oliveira *brasil*

O Senado aprovou nesta terça-feira (4) proposta que autoriza estados e municípios a pagar o piso nacional da enfermagem com recursos que tinham sido destinados ao combate à Covid-19.

De acordo com o relator, do texto, senador Marcelo Castro (MDB-PI), cerca de R\$ 34 bilhões estão parados nas contas de fundos de saúde e podem ser utilizados.

Castro reconheceu que a proposta não resolve o problema de hospitais privados, filantrópicos e santas casas nem aponta uma fonte de recursos definitiva, mas afirmou que o Congresso vai "procurar alternativas".

Nós estamos dando uma ajuda substancial, financeira, até 31 de dezembro. Aí nós vamos sentar com todas as pessoas envolvidas nessa questão e vamos procurar alternativas para os hospitais privados, para as filantrópicas, para as santas casas. E, evidentemente, vamos dar uma solução de caráter mais permanente", disse.

"Muitos de nós estamos debruçados sobre essas alternativas, mas isso que nós estamos fazendo aqui é em caráter emergencial. Digamos assim: é injeção na veia. São recursos que já estão lá e que apenas nós

vamos permitir com a aprovação dessa lei a sua destinação, a sua disponibilidade", completou.

O piso salarial dos enfermeiros foi aprovado pelo Congresso e sancionado em agosto, mas o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a aplicação da lei por 60 dias até que esclareçam qual será a fonte de recursos para o pagamento.

Caso o Congresso aprove uma fonte de financiamento para o piso da enfermagem, o ministro Luis Roberto Barroso, relator da ação no STF, poderia, em tese, revogar sozinho a decisão que suspendeu a medida.

Barroso, no entanto, costuma submeter decisões que considera constitucionalmente relevantes -como essa- para votação do plenário do Supremo. A discussão pode ser feita no plenário virtual pelos 11 ministros ou no plenário físico.

O pagamento do piso da enfermagem foi colocado como prioridade pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após a decisão do STF. O texto que permite a realocação de recursos foi aprovado de forma unânime pelos 67 senadores presentes na sessão desta terça. O projeto será enviado para a Câmara dos Deputados.

O piso nacional da enfermagem fixou o salário de, no mínimo, R\$ 4.750 para os enfermeiros. Técnicos em enfermagem devem receber 70% desse valor (R\$ 3.325), e auxiliares de enfermagem e parteiros, 50% (R\$2.375).

"Estamos tomando uma primeira medida, que não traz nenhum impacto fiscal. Vamos apenas permitir que esses recursos possam ter outra destinação diferente da que foram transferidos pelo governo federal, para que os entes subnacionais possam ter um reforço de caixa para fazer face, nesse primeiro momento, a esse aumento de despesa", disse o relator.

Durante a discussão, o autor do projeto, senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), afirmou que o valor disponível nos fundos de saúde é menor que o apontado por Castro. Segundo Heinze, R\$ 17 bilhões estão no caixa de municípios, e R\$ 10 bilhões, no de estados, totalizando R\$ 27 bilhões.

Na sessão desta terça-feira, o Senado também

aprovou a MP (medida provisória) que reabre prazo para **servidores públicos** federais migrarem do Regime Próprio de **Previdência Social** para o Regime de **Previdência Complementar**.

A migração terminaria nesta quarta-feira (5), mas, com a medida provisória, o prazo foi prorrogado até 30 de novembro. O texto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

55

Telemarketing do crime: 14 são presos em call center que dava golpes no RJ

Colaboração para o UOL, no Rio de Janeiro

A Polícia Civil do Rio prendeu 14 pessoas em São Gonçalo (RJ), por suspeita de golpes envolvendo empréstimos consignados. O grupo foi localizado ontem em uma sala que funcionava no formato call center, em um shopping no bairro de Alcântara.

De acordo com as investigações, os falsos operadores de telemarketing ligavam para beneficiários do **INSS** e militares informando que recursos solicitados por empréstimos estariam disponíveis em 24 horas nas contas dos correntistas.

Diante da negativa da contratação, os criminosos convenciam as vítimas a enviarem uma selfie com foto do documento e assinar um link digital para o suposto cancelamento do consignado.

Com os documentos pessoais das vítimas, os golpistas conseguiam realizar empréstimos em nome dos beneficiários e orientavam que caso caísse quaisquer quantias na conta, os beneficiários deveriam efetuar o estorno dos recursos por meio de pagamento de boleto que caía direto na conta de um laranja , segundo a 75ª DP (Rio do Ouro), responsável pelas prisões.

A polícia ainda não informou o total da quantia movimentada pela quadrilha.

No local, além de diversos documentos de vítimas, a polícia encontrou textos que deveriam ser decorados pelos golpistas com objetivo de enganar as vítimas. Segundo se lê em um papel apreendido, os golpistas deveriam se apresentar como integrantes do setor de fiscalização de contratos de diferentes bancos e solicitar a confirmação do consignado.

O senhor está ciente dessa solicitação de empréstimo feito no seu nome? , era uma das perguntas indicadas no manual .

No local, quarenta computadores foram apreendidos e serão periciados para identificar as vítimas e os bancos lesados. O grupo vai responder por organização criminosa com prática de estelionato.

O UOL tenta contato com o shopping onde funcionava o falso call center e atualizará a matéria caso haja um

posicionamento.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/05/telemarketing-do-crime-14-sao-presos-em-call-center-que-dava-golpes-no-rj.htm>

Auxílio Brasil com 13° é aceno ao eleitorado feminino

*Matheus Schuch, Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta,
Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília*

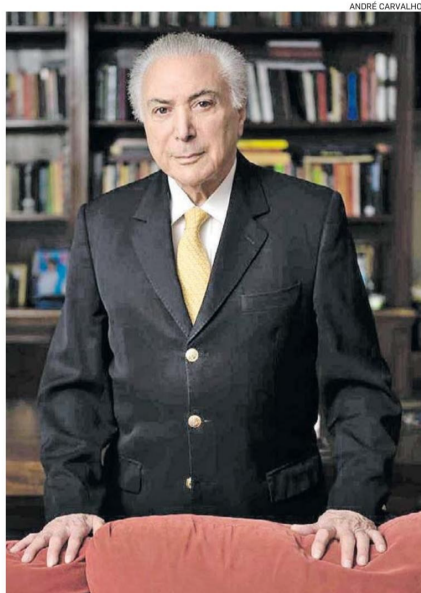
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

"A pacificação é fundamental para reconstruir o País"



Temer: 'No primeiro ano, presidente eleito tem um poder enorme'

SONIA RACY

CENÁRIOS: Michel Temer Ex-presidente da República

Afastado e olhando a política de longe, depois de ter sido por dois anos e cinco meses presidente do País, Michel Temer está convencido - bem ao seu estilo - de que a tarefa mais urgente, hoje, é a pacificação nacional. "Como seria pacificador", diz ele, "que o futuro presidente, uma vez eleito, chamasse a oposição, os 27 governadores, os presidentes de Poderes e as entidades da sociedade civil e fizesse um pacto pela reconstrução do País. A pacificação é fundamental, particularmente neste momento".

Com vasta experiência em cargos públicos, o que inclui a presidência da Câmara dos Deputados e a Vice-Presidência da República, e uma inclinação natural para o diálogo e a conciliação, Temer lembra que "um presidente, no primeiro ano, tem um poder enorme". Nesta entrevista a Cenários, feita na véspera da eleição do domingo passado, ele avisa: a tarefa prática mais urgente "é continuar a agenda de reformas". A seguir, os principais pontos da conversa.

O sr. disse recentemente que o novo presidente deve chamar a oposição para pacificar o País. Pode detalhar essa ideia?

Venho pensando nisso há muito tempo. Lembro que o meu governo, apesar de uma grande oposição, teve uma posição fortemente institucional. Eu jamais agredi as pessoas, fui compondo todos os interesses. A pacificação é fundamental para o Brasil, particularmente neste momento. A campanha eleitoral foi bastante agressiva, tanto verbal quanto fisicamente.

Como seria pacificador que o presidente eleito chamasse a oposição, os 27 governadores, os presidentes de Poderes, as entidades da sociedade civil e fizesse um pacto pela reconstrução do País. Haveria uma grande distensão interna e uma repercussão internacional extraordinária.

Com o quadro que se desenhou nos meses de campanha, o sr. diria que se arrepende de não ter-se candidatado à Presidência?

Recebi de muitos setores, por onde fosse, quase uma intimação para me candidatar. Mas confesso aqui que já fiz tudo o que tinha de fazer, já passei por todos os cargos, inclusive a Presidência.

Segundo ponto: eu não saberia participar de uma campanha em nível tão agressivo.

Acho que fiz o certo.

Imaginemos que o sr. assumisse em janeiro. Quais seriam seus primeiros atos?

Seria compor uma formidável agenda política para o País. No caso, significa dar seguimento às reformas que empreendi quando estava no Planalto. Reforma trabalhista, teto de gastos, reforma do ensino médio, a queda da **inflação**, a queda dos juros. Lá fiquei dois anos e meio e, se houvesse tempo, eu teria partido para uma simplificação tributária. Numa segunda etapa, uma grande reforma administrativa. E o terceiro ponto seria buscar meios de atender os vulneráveis. É inadmissível que um país com as nossas potencialidades e riquezas ainda tenha esse número imenso de miseráveis, não é?

E a **reforma tributária**, por que ela não avança? É culpa dos Estados?

Essa é uma situação difícil. É preciso compatibilizar os interesses da União, dos Estados, dos municípios e

dos contribuintes.

Quando presidi a Câmara pela primeira vez, em 1997/98, tentei cuidar disso, não conseguimos. E, se você tentar uma reforma para aplicar já, as corporações do funcionalismo público se insurgirão, elas têm forte presença no Congresso, não seria fácil aprová-la.

No meu governo fizemos uma reforma silenciosa: tínhamos cerca de 4.000 cargos em comissão que estavam vagos e os eliminamos por decreto.

Passando a outro ponto, o que acha sobre alterar o teto de gastos?

Acho equivocada, com toda franqueza. Teto de gastos significa o seguinte: você faz um novo orçamento podendo acrescentar apenas aumentos decorrentes da **inflação** anterior. Ao longo do tempo, você reduz a dívida pública. E isso ajuda o País a pagar menos juros.

Outro assunto polêmico é o orçamento secreto. Acha que o novo governo consegue retomar o controle desses recursos?

Acho que sim. Um presidente eleito, no primeiro ano, tem um poder enorme. Mas não é só poder operacional, é poder de diálogo. Eu só fiz aquelas reformas fundamentais porque tive diálogo com o Congresso.

Um problema prático é lidar com o Centrão. Dá para governar sem ele?

O Centrão apareceu durante a Constituinte, quando um grupo de partidos se opôs a uma fórmula, digamos, esquerdizante que estaria controlando as decisões.

Em anos recentes ele se identificou melhor. Não é algo que se possa desprezar. Se o governo quiser levar seus planos adiante, tem de conversar com todos os lados, goste ou não.

O que diz do atual bate-boca público entre os três Poderes?

Alguém está avançando o sinal?

Quando há uma desarmonia entre Poderes, há uma inconstitucionalidade.

E o Supremo Tribunal Federal tem o papel de solucionar controvérsias.

Ao fazê-lo, cumpre esse papel.

E, quando lá chega uma questão, ele é quem tem de decidir, não há outro caminho. Agora, há que existir tranquilidade entre instituições e pessoas. Não significa que não pode haver divergências, mas não pode ser essa violência que muitas vezes toma conta das eleições.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É preciso dialogar com terceira via e com quem não foi votar no 1º turno, diz Boulos

Artur Rodrigues

Deputado federal de São Paulo com mais votos, Guilherme Boulos (PSOL) afirma que, apesar do avanço da direita, a esquerda também teve vitórias importantes no Congresso.

Ele cita a eleição de deputadas transexuais, indígenas e a expressividade da própria votação comparando-a com a de Eduardo Bolsonaro (PL). No Congresso, o novo parlamentar afirma que pretende reeditar em forma de lei políticas adotadas pelo movimento sem-teto.

Membro da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o psolista também afirmou que o apoio de Ciro Gomes à campanha de Lula é importante e minimizou o impacto da adesão de Rodrigo Garcia a Bolsonaro. Agora, diz, é importante dialogar com o eleitor da terceira via e com quem não foi votar no primeiro turno.

Qual a avaliação do impacto nacional e no estado após Rodrigo Garcia anunciar apoio incondicional a Tarcísio e Bolsonaro? O Rodrigo Garcia reeditou a farsa do BolsoDoria que nós tínhamos visto já há quatro anos. É lamentável que não entenda os riscos para a democracia. Agora está sofrendo questionamentos dentro do seu próprio partido, imagina do eleitorado. Não acredito que o eleitorado que votou no Rodrigo vá acompanhar essa decisão desastrosa.

Ciro Gomes, por sua vez, anunciou seguir a decisão do PDT de apoiar Lula, sem citar o nome dele e de forma tímida. Esse tipo de apoio ajuda? O Ciro declarou apoio ao Lula. E o PDT declarou apoio ao Lula. Isso é muito importante. Não apenas o Ciro, mas o partido que está capilarizado em nível nacional.

Acredito que houve uma antecipação de voto útil que diferencia as pesquisas de vésperas e as urnas. Quem era eleitor do Ciro ou da Simone [Tebet] propenso a votar no eleitorado já votou. Eu acredito que a maior parte do eleitorado de Ciro e Simone virá para o Lula.

Houve algum erro na campanha de Lula que tenha causado uma performance melhor de Jair Bolsonaro (PL) do que se esperava e há algo a se mudar? Eu entendo o nó na garganta e o sentimento das pessoas

de frustração por não ter uma vitória no primeiro turno. Mas vamos lembrar que a esquerda nunca ganhou uma eleição no primeiro turno na eleição presidencial, mesmo quando o Lula saiu do governo com mais de 80% de aprovação. A campanha conquistou 57 milhões de votos, que foi a maior votação de um candidato em primeiro turno. O Lula está seis milhões de votos à frente do Bolsonaro. Então acho que seja o caso de correções de rota.

Eu acho que a nossa campanha vai ter que dialogar com eleitores que apostaram numa terceira via. Uma parte importante desses eleitores, embora não tenha Lula como primeira opção, rejeita Bolsonaro pelo governo trágico. E fazer um diálogo com eleitores que não foram votar. Uma parte expressiva da abstenção foi em regiões onde o Lula tem votação maior.

Bolsonaro também conseguiu apoios, incluindo do governador Romeu Zema (Novo), de Minas. Qual é o impacto desses apoios? Apoio do Zema e Cláudio Castro surpreende um total zero de pessoas. Ambos já estavam articulados com Bolsonaro desde o primeiro turno. Para não ter problema nos estados, não tinham declarado de maneira pública porque queriam puxar o eleitorado do Lula. Agora tanto o Cláudio Castro como o Zema já eram do time do Bolsonaro, isso não é nenhum apoio novo.

No estado, como avalia a estratégia de Haddad de centrar críticas em Rodrigo Garcia. Isso não ajudou Tarcísio? Quem está no governo é o Rodrigo Garcia. O Haddad é candidato de oposição. Não faz sentido fazer campanha sem questionar o governo do Doria e Rodrigo Garcia. Agora, o Haddad não poupou o Tarcísio, teve embates duros nos debates de televisão.

Existe alguma pauta do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) que o senhor pretende encampar prioritariamente como deputado? O centro do mandato que vou ter na Câmara vai ser combate à desigualdade, que é o maior drama brasileiro. Tem duas iniciativas que são muito importantes que o MTST já desenvolveu e eu quero levar para transformar em projetos de lei.

Uma é a política de cozinhas solidárias, movimento fez isso sem ter a caneta na mão, com apoio, doações, que está matando a fome milhares de pessoas pelo

Brasil. A segunda é um programa de moradia popular, Bolsonaro acabou com o Minha Casa Minha Vida.

Movimentos de moradia tinham algumas críticas ao programa por excluir parte da população pobre e lançamentos para faixas salariais mais altas. Vale voltar o programa ou é preciso criar outro? Um novo programa de habitação tem que aprender com acertos e erros do programa anterior. Minha Casa Minha Vida construiu 5 milhões de casas, colocou subsídio para as famílias que mais precisavam.

Agora, a experiência que teve inclusive dentro do Minha Casa Minha Vida, que é o de entidades, movimentos sociais fazendo gestão direta das obras, em regime de mutirão, os futuros moradores poderem construir sua própria casa, é uma experiência que eu vou trabalhar para que seja valorizada.

A direita cresceu no Congresso nestas eleições, incluindo pessoas ligadas ao presidente. As pautas de esquerda defendidas pelo senhor não podem ficar inviabilizadas com essa composição? Não, se você olhar a bancada bolsonarista é minoritária no Congresso. É verdade que a direita elegeu nomes para o Parlamento, mas também é verdade que a esquerda teve vitórias importantes.

Quem imaginaria que um líder do movimento sem-teto, muito estigmatizado, seria o deputado mais votado de São Paulo, acima do filho do presidente? Quem imaginaria que se elegeria uma mulher negra trans ou duas mulheres indígenas, um pastor negro de esquerda? Então, eu não acho que a eleição para o parlamento significou somente uma força da direita, significou também uma força do elemento de renovação da esquerda.

O partido do senhor, o PSOL chegou a se dividir sobre o apoio a Lula, do mesmo campo ideológico. O senhor acha que o partido estaria disposto a negociar com o centrão em nome da governabilidade caso Lula seja eleito? O PSOL decidiu por uma maioria significativa o apoio ao Lula. Entrou de corpo e alma na campanha do Lula. Eu coordeno a campanha do Lula em São Paulo. O PSOL entrou na campanha do Fernando Haddad, apontando a unidade necessária para derrotar o bolsonarismo.

Certamente o PSOL vai estar comprometido com reconstrução do Brasil, que seja popular, que avance nos direitos sociais, mantendo a coerência com o que sempre defendemos, um projeto que sirva maioria a mais pobre. O programa do Lula propõe do teto de gastos, revogação da reforma trabalhista, uma **reforma tributária** com taxação das grandes fortunas.

Em nome de aliança mais ampla com a direita, essas

políticas não podem acabar escanteadas? Eu não acho, porque hoje precisamos criar a frente democrática mais ampla para derrotar o pior governo da nossa história. O Lula também sabe perfeitamente que vai ser preciso uma resposta à situação de miséria que o Bolsonaro deixou o Brasil, com 33 milhões com fome, com desemprego alto, **inflação**, e tenho certeza que o Lula será presidente para cumprir esses compromissos.

A Câmara teve eleição de mulheres trans e indígenas, grupos que são alvo de violência, incluindo violência política. O senhor acha que esse tipo de situação pode se repetir no Congresso? O bolsonarismo forjou um ambiente de violência política muito preocupante no Brasil. Isso acontece nos espaços de poder, no Parlamento, isso acontece nas ruas, vimos três pessoas serem assassinadas durante a campanha por serem de esquerda. O primeiro passo para inibir a violência política é derrotar o Bolsonaro.

Durante um ato de campanha do senhor, um adolescente do MBL foi agredido por militantes. Uma reação assim não alimenta o clima de violência política? Eu não defendo nenhuma forma de agressão. Deixei isso muito claro quando aconteceu o episódio. Também ficou claro que houve uma armação por um grupo que usa táticas bolsonaristas como é o MBL de infiltrar uma pessoa se utilizando de um menor de idade para ir fazer provocação à nossa campanha e depois querendo criar um fato político junto com um policial militar bolsonarista.

Há um acordo para que o senhor seja candidato com apoio do PT à Prefeitura de São Paulo. Como o apoio de Rodrigo Garcia a Bolsonaro e uma eventual aliança do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB) com esse grupo pode afetar o quadro para 2024? Meu foco está voltado em eleger o Lula e o Haddad. Agora é inacreditável a postura do Ricardo Nunes, um prefeito que a maior parte da cidade não conhece, por isso se utiliza desse desconhecimento fazendo uma gestão trágica e ainda se associando ao bolsonarismo ao lado do Rodrigo Garcia por um cálculo eleitoral mesquinho, antecipado de 2024.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/e-preciso-dialogar-com-terceira-via-e-com-quem-nao-foi-votar-no-1o-turno-diz-boulos.shtml>

Lula e Bolsonaro de olho nos ricos

Por Lu Aiko Otta Lu Aiko Otta é repórter em Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/lula-e-bolsonaro-de-olho-nos-ricos.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/lula-e-bolsonaro-de-olho-nos-ricos.ghtml>

Aneel aposta em inovação na tarifa de energia

Fábio Couto Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

"Janela quebrada" no direito tributário - OPINIÃO JURÍDICA

Janssen Murayama é sócio-fundador do Murayama & Affonso Ferreira Advogados, mestre em Direito pela UERJ e fundador e membro do Conselho Consultivo do Grupo de Debates Tributários (GDT)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348

PT estuda aumento gradual do gasto para evitar baque no Orçamento de 2023



Alexa Salomão, Fábio Pupo e Idiana Tomazelli Brasília

Economistas ligados ao PT estudam limitar a expansão de gastos no início de um eventual governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usando uma implementação gradual, e não imediata, de medidas que demandam mais recursos do Tesouro Nacional.

A estratégia reduziria a pressão sobre o Orçamento de 2023, diminuiria o tamanho da licença extra para despesas a negociar com o Congresso e aliviaria temores do mercado financeiro com o risco de descontrole das contas públicas.

Na recomposição do salário mínimo, os integrantes do partido estudam dar aumento superior à **inflação** - como promete Lula, em substituição à política de Bolsonaro-, mas implementar o ganho em 1º de maio, Dia do Trabalho (em vez de 1º de janeiro). Com isso, o Tesouro teria quatro meses sem a expansão fiscal correspondente.

Cada R\$ 1 de aumento do mínimo eleva o gasto total do governo em R\$ 389,8 milhões no ano. Só o reajuste pela **inflação**, como previsto na atual proposta orçamentária para 2023, gera impacto de R\$ 35,1 bilhões.

Sobre reajustes para servidores, integrantes do partido desejam iniciar o diálogo com as categorias em 2023, mas sinalizam que aumentos mais robustos seriam aplicados só a partir de 2024 -reduzindo significativamente a pressão sobre o Orçamento de 2023.

Em início de mandato, Lula poderia negociar aumentos maiores, mas parcelados ao longo dos anos. A estratégia contribuiria para aplacar os ânimos do funcionalismo e suavizar o impacto sobre as contas públicas.

A proposta orçamentária que o governo Jair Bolsonaro (PL) enviou ao Congresso prevê reajuste de até 4,5% aos servidores, índice próximo à **inflação** projetada para 2023 (sem recompor perdas de anos anteriores). A verba reservada para isso é de R\$ 1,6 bilhões para os servidores do Executivo. Nos cálculos do atual governo, cada ponto percentual de reajuste linear aos servidores federais significa um aumento aproximado de R\$ 3 bilhões nas despesas da União.

A equipe de Lula também busca meios de evitar corte no pagamento de R\$ 600 às famílias do Auxílio Brasil no começo de 2023, caso não consiga aprovar as mudanças necessárias no Orçamento.

A proposta orçamentária de 2023 reserva hoje R\$ 105,7 bilhões para bancar o Auxílio Brasil a 21,6 milhões de famílias, o suficiente apenas para um benefício médio de R\$ 405,21.

Alguns membros da equipe creem ser possível usar a verba dispo nível para seguir pagando R\$ 600 no início do ano, enquanto se busca a aprovação das mudanças definitivas no Orçamento no Congresso.

A atual dotação de recursos seria suficiente para pagar os R\$ 600 a esses vulneráveis até o fim de agosto de 2023 -até lá, acredita-se que uma solução definitiva para o programa já terá sido implementada.

Técnicos ouvidos pela Folha dizem que a possibilidade, em tese, é viável do ponto de vista legal. O governo eleito precisaria editar, no início do ano, uma MP (medida provisória) com vigência imediata implementando a parcela adicional do benefício. Se não houver fonte de receita permanente para financiá-la, a saída seria dar-lhe duração temporária (o que dispensaria a exigência da compensação orçamentária).

Mas a estratégia tem duração limitada. Em março, o novo governo será obrigado a publicar o primeiro relatório de avaliação do Orçamento. Se o espaço extra não tiver sido aprovado, será preciso cortar despesas para não descumprir o teto de gastos ainda em vigor.

Emissários do PT já fizeram contato com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-

PI), para sinalizar que precisarão de um canal de diálogo para resolver o impasse da peça orçamentária.

Integrantes do PT dizem que o valor total de despesas extras ante o previsto na atual proposta de Orçamento deve ficar acima dos R\$ 100 bilhões defendidos por parte do mercado financeiro. As projeções ficam acima de R\$ 200 bilhões e há estimativas indo a R\$ 300 bilhões -um valor considerado proibitivo, mas já no radar.

Há entendimento de que a recuperação das políticas públicas é urgente e meritória, mas também será preciso estar atento ao impacto sobre inflação, juros e câmbio - que precisaria ceder. Hoje, o dólar está na casa de R\$ 5,15 e seria importante que ficasse abaixo de R\$ 4,90, defendem integrantes do partido.

Nesse cenário, a proposta da recomposição gradual considera que o buraco na administração bolsonarista é tão grande que não há como cobrir a conta inteira em um único ano. Em 2023, a gestão Lula poderia sinalizar recuperação das políticas públicas ao longo do tempo e iniciar uma relação de confiança com interlocutores que pedem aumentos.

Quem defende essa alternativa diz que o gradualismo serviria para tirar a pressão sobre o primeiro ano de mandato e facilitaria o trabalho operacional nos diferentes ministérios.

Mas, ainda que os técnicos apontem valores e opções de remanejamento, as escolhas finais dependerão da formação da equipe, especialmente da definição dos ministros. Anúncio de medidas deve ficar para depois do segundo turno.

Lula entende também que há uma pavimentação política a ser feita para viabilizar a agenda econômica do futuro governo. Após o segundo turno, quer reunir os governadores eleitos e os prefeitos de capitais para ouvir prioridades Segundo um auxiliar próximo, a intenção é firmar uma espécie de pacto para que essas prioridades, incluindo obras públicas, possam ser executadas.

Para amenizar os receios do mercado, fontes da campanha dizem que o valor da licença extra para despesas precisa ser apresentado com a regra fiscal que funcionará no lugar do atual teto de gastos, substituição em discussão no próprio Ministério da Economia.

A equipe já analisa alternativas, mas a formação das novas alianças partidárias para o segundo turno - com PDT e MDB, por exemplo- pode trazer contribuições. A definição demandará aval do futuro ministro da Fazenda a ser escolhido pela sigla, caso eleita.

Segundo relatos, há boa adesão ao modelo defendido pelo ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa -que sugere um mecanismo em que o presidente eleito definirá, em seu primeiro ano de mandato, qual deve ser o nível de gastos para os próximos anos. Mas ainda não há consenso em torno do tema.

Dentro do grupo, uma das premissas adotadas é que a nova regra fiscal precisa comportar a necessidade de gastos do país, e não o contrário. Outro objetivo é que o novo arcabouço seja crível, sem necessidade de tantas alterações como nos últimos anos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50055>

Energia solar cresce, mas frustra quem esperava corrida do ouro'



Operários instalam painéis solares fotovoltaicos no telhado de um motel na periferia de Boa Vista (Roraima). Foto: Leticia Almeida - 28 Jul 2022 / Fofopress

Fernanda Brigatti são paulo

Um crescimento acima de 50% em pouco mais de seis meses não é exatamente um resultado ruim, mas é considerado frustrante por quem esperava mais do que dobrar o volume de negócios. Para distribuidores e instaladores de equipamentos de energia solar no Brasil, a expectativa era viver, em 2022, uma espécie de corrida do ouro pelos sistemas.

Ao fim do terceiro trimestre do ano, o quadro se desenhando é mais modesto.

Além do que o setor considera ser a grande vantagem do sistema - o uso de fonte gratuita e abundante no Brasil, o sol-, há o calendário: instalações registradas a partir de 7 janeiro de 2023 passarão a pagar uma taxa pelo uso da rede de distribuição.

Para quem já tem um sistema de geração de energia local e para aqueles que fizerem o pedido de acesso até o próximo 6 de janeiro ficará isento dessa taxa, chamada de TUSD B (tarifa de uso dos sistemas de distribuição), ou fio B, até 2045.

A alta de juros e a elevação do endividamento são vistos como dois fatores que contribuíram para o crescimento abaixo das projeções.

O financiamento dos sistemas é considerado fundamental, uma vez que eles têm custo inicial elevado, entre R\$ 16,6 mil e R\$ 22 mil, segundo simulações do Portal Solar para um sistema residencial que substitua um gasto mensal de R\$ 500 com a conta de luz.

Com juros maiores (a Selic está em 13,75% ao ano), o crédito fica mais caro. Ao mesmo tempo, o aumento do endividamento eleva o risco e reduz as condições de as famílias acessarem as linhas.

Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho de administração da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), diz que houve aumento na procura nos últimos 30 a 60 dias, melhorando as expectativas para o encerramento de 2022. "Todo o mercado esperava um ano inteiro muito acelerado e errou neste sentido", diz.

De janeiro a agosto, a média de crescimento mensal, em megawatts, está 57,2% maior do que o mesmo período do ano passado. A potência acumulada está em 12,7 gigawatts (GW). Um ano antes, estava em 7,4 GW, aumento de 71%.

A projeção feita pelo setor em janeiro, porém, era acumular 25 GW até dezembro, considerando toda geração solar (a centralizada e a distribuída). Somente na distribuída (a dos telhados), a expectativa é chegar a 17 GW.

Rodo Ifo Meyer, do Portal Solar, acredita que o ano eleitoral também afetou a decisão sobre investimentos. Depois de um primeiro trimestre que indicava aceleração, a Guerra da Ucrânia, a antecipação da campanha eleito rale a elevação da Selic foram freios relevantes.

Por isso, aposta em uma alta de pedidos em novembro e dezembro, pós-eleição. "Parece que está esquentando. E claro que 57% de crescimento não é mal."

Na WIN Solar, que distribui equipamentos solares, a diretora Camila Nascimento soma, no primeiro semestre, resultado superior a todo o ano passado. "Infelizmente, pelo aumento da Selic, houve queda no interesse pelo financiamento. Se não tivesse ocorrido isso, teria havido corrida maior."

Enquanto em 2021 os preços dos equipamentos preocupavam o setor, neste ano há estabilidade. Os fretes marítimos, que passavam de US\$ 10 mil (cerca de R\$ 54 mil) há dois meses, já recuaram para o patamar de US\$5.000 (cerca de R\$ 27 mil).

O setor também está isento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e, com isso, fica dispensado de pagar ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Praticamente todas as partes do sistema fotovoltaico são importadas - e quase tudo vem da China.

O início da cobrança pelo uso da rede de distribuição foi previsto pelo marco legal da geração distribuída, a lei nº 14.300, publicada no Diário Oficial da União em 7 de janeiro deste ano. A regra diz que solicitações de acesso nos 12 meses seguintes à publicação da lei manteriam a isenção da taxa pelo uso do fio até 2045.

Depois que o sistema é comprado, o consumidor solicita à distribuidora de energia o acesso à rede. Para usufruir da isenção da TUSD B, é necessário ter o protocolo desse pedido registrado até o dia 6, mesmo que o sistema não esteja instalado ainda.

Rodolfo Meyer, do Portal Solar, e Ronaldo Kolozzuk, da Absolar, defendem que a geração distribuída continuará vantajosa, mesmo com o início da cobrança. A TUSD B corresponde a um percentual médio de 28% da tarifa convencional.

A partir do ano que vem, a cobrança será escalonada até chegar à integralidade (cerca de 28% da tarifa convencional) em 2029. Kolozzuk diz que o impacto médio deve ser de 4% a cada ano. Com isso, a energia excedente que vai para a rede distribuidora passa a gerar um abatimento menor, pois haverá a cobrança do fio.

"Deixa de ser atrativa? Não, especialmente se você comparar com qualquer aplicação bancária", afirma Kolozzuk. Para Meyer, a **inflação** da energia elétrica convencional também joga a favor do sistema de geração solar.

"Em sete anos, a cobrança vai ser de aproximadamente 4,2% ao ano para quem não tiver o benefício [da isenção por mais tempo]. A **inflação** está acima disso. Se você comparar com uma **inflação** da energia de 5% ao ano, ainda valeria a pena", afirma. Ele defende também que a cada ano os sistemas ficam mais eficazes e, com isso, mais baratos.

Atualmente, a energia elétrica residencial acumula queda de preço (reclamação de 12,86% em 12 meses até agosto, segundo o IPCA). O nível dos reservatórios subiu a partir do fim do primeiro trimestre e a bandeira de escassez hídrica, que cobrava R\$ 14,20 por cada 100 kWh (quilowatts-hora) desde setembro do ano passado, foi encerrada.

Em junho, uma lei definiu a devolução do ICMS sobre o PIS/Cofins na conta de luz, que deve resultar em

ajustes menores pelas concessionárias.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50055>

Quanto custa produzir a própria energia

Em setembro de 2022

- Residencial
- Pequeno comércio
- Grande comércio

Sudeste	Valor da Conta de Luz, em R\$	Tamanho do Sistema, em Kw	Economia anual, em R\$	Investimento, em R\$	Retorno do investimento, em anos
Minas Gerais	500	4,42	6.334	16.600	4
	1.500	12,92	18.516	44.379	3
	4.500	38,08	54.573	131.629	3



Sudeste - São Paulo

São Paulo	500	6,46	6.127	22.029	5
	1.500	19,04	18.057	68.449	5
	4.500	59,84	56.751	201.079	5



Centro-Oeste

Centro-Oeste	500	4,76	6.261	17.959	4
	1.500	13,6	17.880	53.629	4
	4.500	40,8	53.670	137.309	4



Nordeste

Nordeste	500	5,1	6.231	17.959	5
	1.500	14,96	18.278	56.509	4
	4.500	44,2	54.003	150.939	4



Sul

Sul	500	6,12	5.973	20.629	5
	1.500	18,36	17.920	65.569	5
	4.500	59,84	58.407	201.079	5



Norte

Norte	500	5,1	6.321	17.959	5
	1.500	14,96	18.542	56.509	4
	4.500	44,2	54.782	150.939	4



Fonte: Portal Solar

Quem está usando energia solar

Em % do total, por tipo de consumidor

	Participação no total de conexões	Consumo da potência instalada
Residências	78,4	47,4
Empresas*	11,8	30,8
Consumidores rurais	7,7	13,6
Indústrias	1,7	7,0
Poder público	0,3	1,1
Outros tipos	0,02	0,1
Iluminação pública	0,005	0,01

*Comércio e serviços

Fonte: Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica)

Igah prepara fundo de US\$ 150 mi para investir em startups no País



Pedro Melzer é sócio da firma de investimentos Igah Ventures

GUILHERME GUERRA

Em meio ao "inverno das startups", período no qual empresas de tecnologia passaram a demitir funcionários e a desacelerar, gestoras de investimentos preparam a próxima safra de aportes - embora as avaliações estejam menores e o cenário macroeconômico permaneça desafiador.

A Igah Ventures está nessa turma: a gestora começou a captar um novo fundo de US\$ 150 milhões para investir em até 20 startups brasileiras a partir do segundo semestre de 2023. Esse é o quarto fundo da gestora, nascida da união entre Bricks Ventures e Joá Investimentos - o time de sócios é composto por Pedro Melzer, Márcio Trigueiro, Thiago Maluf e Camila Sangali.

"Os próximos dois anos serão os melhores para a nossa safra", conta Melzer no escritório da Igah, em São Paulo. No mercado de capital de risco desde 2010, quando voltou ao Brasil após trabalhar na Apple, Melzer foi um dos primeiros investidores do iFood, da Ingresso e da Contabilizei.

No novo fundo, o quarto da firma, a Igah busca startups de fundadores com alguma experiência em empreendedorismo - é uma forma de mitigar eventuais riscos do investimento, tido como estratégico por Melzer em tempos de instabilidade no mercado.

Além disso, assim como nos fundos anteriores, a

gestora não investe em segmentos específicos.

Como se diz no mercado, a tese é agnóstica: os cheques poderão ser direcionados a fintechs (startups de finanças), edutechs (de educação), healthtechs (de saúde) e outras áreas. "O Brasil ainda não tem massa crítica para ter fundos dedicados a segmentos específicos", diz Melzer, comparando com o mercado dos EUA.

Por fim, os cheques devem atingir a cifra de até US\$ 8 milhões, diz Melzer, acrescentando que o objetivo do novo fundo é liderar rodadas do tipo série A - nomenclatura que se refere a startups em estágio inicial, mas que já testaram o produto e agora querem ganhar escala.

Os aportes não devem ficar restritos à série A, porém. A Igah, cujo nome significa "semente" em Paiter Surui (variação do tupi), diz que quer investir em companhias do tipo "seed" (quando ainda estão em fase de validação do serviço) até a série B, etapa mais madura, na qual já começam a se formar os "unicórnios".

Otimista, Melzer afirma que as turbulências sentidas hoje devem filtrar o mercado de inovação.

"Vai ficar mais fácil encontrar gente boa. O empreendedor que resolve um problema gigante não vai ser parado por uma alta na **inflação**. É esse o empresário que a gente quer", diz o gestor.

ETAPA INICIAL. Hoje, o portfólio da Igah traz 29 startups de diversas áreas. Entre eles estão o "unicórnio" Unico, de serviços antifraude e avaliado em US\$ 2,6 bilhões; a companhia de compra e venda de imóveis EmCasa, competidora de QuintoAndar e Loft; e a startup de cursos na saúde Sanar.

A Igah foca no segmento batizado de "early-stage", em que startups ainda em estágio inicial se preparam para ganhar escala no mercado. Em 2022, enquanto os "unicórnios" desaceleram, essa categoria tem atraído ainda mais olhares de investidores, e se mostrou até aqui mais resiliente à crise econômica.

Segundo dados da Distrito, no primeiro semestre deste ano, o estágio inicial levantou US\$ 1,7 bilhão em investimento, alta de 22% em relação ao mesmo

período de 2021. O relatório indica que investimentos continuam em expansão desde 2019, mesmo com pandemia, alta nos juros e guerra na Ucrânia.

Outros nomes estão de olho nesse segmento. Em junho passado, a Maya Capital abriu um fundo de US\$ 100 milhões. Há também a firma Upload Ventures, nascida neste ano com mais de US\$ 100 milhões.

Para a Igah, existe bastante mercado para atuar no Brasil.

"Nos últimos 12 meses, chegaram mil negócios a nós, mas só investimentos em 13", diz Melzer.

"A roda da inovação continua girando."

3 perguntas para...

Pedro Melzer Sócio da Igah Ventures

Quais setores podem despontar no futuro?

Pequenas e médias empresas são muito mal servidas no Brasil. Soluções de plataformas escaláveis, com menos interação, são um mercado gigantesco no Brasil.

Outro tema é cibersegurança, com uma série de especializações.

É atemporal e veio para ficar. Por fim, em saúde, vemos oportunidades e muita atratividade.

Como garantir que a próxima safra de investidas seja boa?

O mercado sabe da importância das startups, o brasileiro é grande adepto à tecnologia e continuamos com ineficiência. Vai ser a nossa melhor safra.

Até quando deve durar o 'inverno das startups'?

A recuperação da atividade de capital de risco deve acontecer antes dos EUA, no primeiro semestre de 2023. Lá, eles estavam muito mais agressivos, com valuations altos. Aqui, a situação está protegida porque temos capacidade de navegar com inflações altas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em 2023, governo enfrentará cenário global hostil

VÍTOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221005>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221005>

Inclusão social tem de ser foco de presidente eleito, vê Banco Mundial

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Orçamento pode ter rombo de R\$ 110 bi

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Banco Mundial eleva projeções para AL neste ano, mas prevê 2023 pior

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187348?page=1§ion=1